

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira¹

1- INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é tecer uma breve articulação da construção do Império do Brasil com a perspectiva regional do Vale do Paraíba Fluminense a partir da proposta de realizar um estudo de caso do município de Barra do Piraí. Associar o conjunto de bens culturais do patrimônio material, por meio de uma análise do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, com o patrimônio imaterial, através de pesquisa realizada para dissertação e mestrado sobre o jongo/caxambu, manifestação cultural de matriz africana que relaciona importante parte do passado escravista na região Sudeste.

Para tanto, buscamos situar como o conceito de segunda escravidão, categoria originalmente elaborada por Dale Tomich, vem se evidenciando como possibilidade de novas perspectivas para os estudos de escravidão. A partir dessa vertente historiográfica, a escravidão não é mais tratada como uma entidade abstrata e separada da conjuntura e do contexto da qual fazia parte. Por isso, é esclarecida a necessidade de sua ligação com a expansão do capitalismo no século XIX, uma vez que está diretamente relacionada à época de expansão do mercado mundial sob a primazia da Grã-Bretanha e ao marco da Revolução Industrial. (TOMICH, 2011)

O historiador Dale Tomich no livro *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial* fornece uma base argumentativa pautada nesse “conceito-chave”. Defende a ideia de que entre os séculos XVI e XIX a escravidão não foi sempre a mesma e que um conjunto de transformações relacionadas a uma nova configuração do cenário internacional e do mercado mundial, influenciou diretamente áreas específicas de escravidão colonial. Um grande desequilíbrio na demanda de determinados produtos industrializados e agrícolas levou ao declínio de determinadas áreas e à expansão de outras.

¹ Professora do Centro Universitário Geraldo Di Biase. Doutoranda em História pela UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: luadoliveira@gmail.com

Para Tomich, o aumento da procura e interesse por produtos como açúcar, café e algodão explica a expansão da escravidão em Cuba, no Brasil e no Sul dos Estados Unidos. Assim, o sistema escravista do oitocentos foi transformado por “novas” forças políticas e econômicas, o que incluiu essas localidades à lógica de integração da produção industrial. O autor rompe com a ideia da inevitabilidade da abolição pelo avanço das questões morais e pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, defende que a segunda escravidão constituiu-se exatamente no desenvolvimento do mercado mundial do século XIX sob a hegemonia britânica.

Enfatiza a necessidade de se repensar as lutas escravas, assim como as noções estereotipadas de *liberdade*, *trabalho livre*, *liberalismo*, *capitalismo* e *escravidão*. (TOMICHA, 2011, p.37) Como síntese da proposição do que sustenta o conceito de segunda escravidão e argumentação de Tomich, citamos dois de seus principais correspondentes brasileiros, Marquese e Salles: “Trata-se, neste momento, de buscar análises que se voltem para as conexões, os nexos, e as contradições que compõem estes objetos enquanto totalidades estruturadas, ou parte delas, produzidas pelas ações humanas ao mesmo tempo em que as condicionam.”(MARQUESE e SALLES, no prelo) Análises que considerem o diálogo da escravidão do oitocentos com a ideia de modernidade e liberalismo, fatores que consolidavam a formação do Estado nacional.

No mesmo sentido de uma revisão conceitual e historiográfica da escravidão, a questão patrimonial vem se destacando enquanto uma questão política atual, que envolve uma discussão maior sobre a identidade nacional e a diversidade cultural, sendo uma discussão historicamente construída. As delimitações que hoje conhecemos nos diferentes universos do patrimônio cultural resultam de processos de transformação que continuam em mudança, não sendo naturais.

Há assim, dentro desse campo uma tensão que, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, tem ocupado tradicionalmente a questão sociológica: entre o universal e o particular, entre o público e o privado, entre tradição e modernidade, entre cultura e política, entre Estado e sociedade. O que faz com que a autora entenda que a política de preservação seja uma prática bem mais ampla que um conjunto de atividades visando à proteção material de alguns bens. (FONSECA, 2005, p.28)

No mundo globalizado, fica evidente a existência de uma ligação entre as noções de patrimônio e nação, suas mudanças acontecem concomitantemente, e suas ampliações são um efeito da inserção dos países em uma comunidade internacional. Da mesma forma que o patrimônio cultural, a nação também foi redefinida, incluindo agora, o intercâmbio de culturas:

O que concebemos como tal já não é unicamente o conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos no território historicamente habitado por uma comunidade. A população originária se alimenta, se informa e se entretém com muitos bens e mensagens procedentes do estrangeiro, os quais, porém, vimos incorporando à nossa vida cotidiana. (CANCLINI, 1994, p.95)

Então, abordar os conceitos de segunda escravidão e patrimônio cultural, como componentes de um novo contexto em que passamos a falar em intercâmbio de culturas, direitos culturais e de memória, a partir da análise da configuração histórica de bens culturais do Vale do Paraíba cafeeiro e escravista, é retratar conexões e traçar um processo marcado por rupturas e continuidades. Tal processo é marcado pela consolidação do Império brasileiro, a expansão do cultivo do café no Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica de uma classe senhorial formadora de uma hierarquia social pautada na propriedade de terras, escravos e títulos de nobreza.

Mariana Muaze destaca que “a expansão do café pelo Vale do Paraíba se confunde com a história da expansão da própria classe senhorial no Império”. (MUAZE, p.293) Dessa expansão origina-se a construção de imponentes casas, a valorização do luxo e de determinados hábitos e valores que vão nortear as relações sociais, políticas e econômicas da vida na região. É exatamente dessa conjuntura que:

“No interior desse reduzido grupo, muitos foram os casos das fortunas que se expandiram no rastro do café. Como forma de ostentá-las e de gozar de um estilo de vida próprio à sua classe, algumas famílias ergueram imponentes casas de vivenda em suas terras e agregaram valor ao complexo cafeeiro de suas imensas fazendas.” (MUAZE, p.318)

Esse complexo cafeeiro formado por diversas fazendas configura na atualidade um patrimônio cultural da região em questão. As casas e a estrutura das fazendas, enquanto herança de um passado de destaque na trajetória nacional proporcionam a

continuidade de diálogos e inúmeros questionamentos sobre a construção histórica da identidade regional a partir do período de ascensão da produção do café. Assimilamos então, por meio da proposição de Muaze no texto *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*, a incorporação da discussão oriunda da expressão “mundos de fazenda”:

“mundos de fazenda” deve ser trabalhada de forma alargada a fim de problematizar não somente a diversidade da cultura material, construções, lugares de morada e ambiente natural que existiram nesses espaços, mas também as múltiplas relações de trabalho, formas de vida e experiências sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos no interior das grandes propriedades cafeeiras. Tal tarefa é ambiciosa e não foi o objetivo esgotá-la no limite das linhas que compõem este texto. Ela envolve a busca de outras fontes históricas e teórico-metodológicas que ajudem a compreender melhor não só a história do Vale do Paraíba fluminense, mas o próprio Império do Brasil. Fica aqui um primeiro esforço de análise, além do convite aos interessados em pesquisar a região. (MUAZE, p.294)

De acordo com o objetivo do trabalho, abordamos a categoria dentro da perspectiva das formas de vida e experiências sociais, analisando a configuração atual dos patrimônios culturais do Vale do Café a partir de um estudo de caso sobre o município de Barra do Piraí.

2- Patrimônio cultural, Vale do Paraíba e Barra do Piraí: o jongo/caxambu e as fazendas de café

É relevante ressaltar que a divisão do conjunto de bens culturais patrimoniais considerados aqui como patrimônios materiais e imateriais está relacionada a uma *memória histórica* formalizada no processo de institucionalização oficial do patrimônio cultural no Brasil:

Talvez a opção pela perpetuação da memória histórica que estabelece uma linha de continuidade dos anos 30 até hoje, por meio da atualização do mito fundador de Mário de Andrade, venha obscurecendo os antagonismos e dificultando a percepção das diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural presentes na atualidade, assim como a proposição de projetos que articulem efetivamente uma noção integradora do patrimônio cultural. (CHUVA, 2011, p.162)

Nesse sentido, a divisão entre patrimônio material e imaterial nos guiará num propósito crítico de avaliação das políticas e das ações das agências de preservação:

A divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade. Além disso, essa divisão artificial implica uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos. (CHUVA, 2011, p.162)

Consideramos então, a necessidade de desconstrução e a problematização da noção de patrimônio cultural por meio da discussão da artificial e enganosa divisão entre patrimônio material e imaterial. Ressaltamos, então, a relevante proposta de construção da noção de patrimônio cultural integral.

Assim, buscamos através de um estudo comparativo de bens culturais das duas dimensões, evidenciar a relação dialética da construção identitária dos patrimônios culturais do Vale do Café através de um estudo sobre o município de Barra do Piraí. A cidade situa-se na região Sul Fluminense, onde estão localizadas fazendas históricas do Vale do Paraíba, que se consolidaram em meados do século XIX, com a emergência do período do café.

No cruzamento dos limites territoriais dos municípios de Piraí, Vassouras e Valença, devido à presença de duas importantes redes ferroviárias, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Rede Mineira de Viação, formou-se um destacado centro comercial que ganhava cada vez mais importância. Esse centro, localizado às margens do encontro dos rios Paraíba do Sul e Piraí, era formado pelos povoados de São Benedito e Nossa Senhora Sant'ana, e acabou se tornando um município a partir da grande influência da família Pereira do Faro e seus barões, II e III Barão do Rio Bonito. O município de Barra do Piraí foi a primeira cidade emancipada no regime republicano, sua emancipação se deu em 10 de março de 1890.

Como foi dito, a localidade já se destacava por sua atividade comercial e com a abolição dos escravos, em 1888, tornou-se uma opção de trabalho e de permanência dos libertos na região. Por isso, até hoje Barra do Piraí é um dos municípios com maior população negra do Sul Fluminense. Recebeu libertos de todos os municípios vizinhos que se encontravam falidos devido ao fim da escravidão e ao declínio do café.

Para o estudo proposto, delimitamos como universo de bens culturais materiais as fazendas de café do município em questão listadas no Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense². O Inventário reúne uma relevante pesquisa sobre a região, de acordo com Muaze: “As informações contidas na minuciosa pesquisa de campo aqui publicada, quando cruzadas com outras fontes históricas, permitem compreender os diferentes “mundos da fazenda” constituídos e experimentados no Vale do Paraíba durante o século XIX.” (MUAZE, p.293)

O inventário é dividido por áreas que contêm fichas de relatórios técnicos que reúnem registro fotográfico, levantamento arquitetônico e histórico das fazendas de café. Listamos todas as fazendas e relatórios de Barra do Piraí para, a partir da leitura e apontamento de dados selecionados, produzir uma análise e perfil da situação atual das fazendas do município.

Já o universo de bens culturais imateriais é delimitado pela constatação da existência de três grupos de jongo na cidade que trazem como marca uma heterogeneidade na sua formação em relação às origens de seus componentes. O que configura uma situação propícia para a análise de memórias que estão acompanhando a mudança de *status* do jongo, que deixou de ser apenas um *patrimônio familiar* quando recebeu o título de *patrimônio cultural brasileiro*.

A região do Vale do Paraíba tem sua história marcada pelo desenvolvimento cafeeiro que teve seu apogeu em meados do século XIX. O café representou a base da economia brasileira durante o oitocentos, o Brasil exportava 90 por cento do café que o mundo consumia e o Vale do Paraíba produzia 90 por cento do café produzido no Brasil. (MELLO, 2010) Grandes fazendas cafeeiras se desenvolveram, e passaram a protagonizar a principal atividade econômica do país. Tratando-se do século XIX, não podemos perder o referencial do Império brasileiro que traz como marca, uma estrutura de sociedade patriarcal, fundamentada pelos valores e modos de vida europeia, principalmente portuguesa, fundamentada numa estrutura hierárquica dominada por uma classe senhorial de base escravista.

²² Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>.

A historiadora Mariana Muaze apresenta um estudo bastante esclarecedor sobre a ocupação do Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica das famílias pioneiras. Demonstra como o café não foi a única base na qual foram erguidas as fortunas da região, tendo relevância também: “comércio de grosso trato, tráfico de escravos, mineração, cultivo de cana de açúcar e empréstimo de dinheiro a juros – exercidas por muitos patriarcas.” (MUAZE, p.303) Entretanto, é inegável a importância da exploração do café para a expansão do enriquecimento dos fazendeiros, esse processo foi marcado por uma intensa ocupação do Vale por volta de 1820. A autora pontua dois elementos decisivos para essa ocupação:

para se entender melhor o processo de ocupação do Vale que estamos descrevendo, é preciso que se entenda que o mesmo ocorreu, em primeiro lugar, num cenário de acirrada acumulação de terras e escravos por parte dos grandes proprietários e, em segundo lugar, num momento de crescimento da demanda internacional pelo produto, um dos fatores importantes para que a região se tornasse o maior polo mundial de produção de café e a rubiácea o principal gênero das exportações brasileiras. (MUAZE, p.316)

Este momento de crescimento da demanda internacional pela exportação do café trouxe mudanças fundamentais nas relações sociais, políticas e econômicas do Império brasileiro.

A sociedade imperial tinha sua estrutura ancorada em uma classe senhorial detentora de terras, escravos e prestígios, de acordo com Muaze:

estava em jogo não somente a expansão do empreendimento produtivo através do maior acúmulo de propriedades, mas também a perpetuação da condição de senhor de terras e de escravos. Tal lógica legitimava as diferenças entre senhores, escravo, libertos e referendava a hierarquia no seio da própria classe de proprietários. Para ostentar a posição social conquistada, muitos desses grandes senhores adquiriam mercês, honrarias e títulos de nobreza, o que justifica a grande quantidade de baronatos na região. (MUAZE, p.315)

Dessa forma, o domínio e força das famílias das classes dirigentes não estavam limitados à região de plantio do café, suas alianças e rede de negociações chegavam até a corte e influenciavam na política do Império.

Essa influência baseada em uma lógica paternalista fica clara quando analisamos a centralização do Estado nacional e nos deparamos com valores europeizados e a manutenção da escravidão a partir de uma política permissiva e omissa diante à ilegalidade do tráfico de escravos. Uma grande ostentação de riquezas e a construção de suntuosas casas nas fazendas são observadas na legitimação da posição ocupada por algumas famílias que constroem imensas residências luxuosas que alteram o cenário e valorização da região: *Nesse processo, a fazenda não será mais vista somente como um lugar de trabalho e produção, mas também de moradia e representação. Seu senhor passava de simples agricultor escravista para membro da base social do novo Império.* (MUAZE, p.321)

Por estes referenciais conjunturais da produção cafeeira do século XIX que compreende uma nova lógica de relações e envolve um contexto externo pautado na hegemonia inglesa, no desenvolvimento do capitalismo e do ideal liberal, emerge a importância destacada por Marquese e Salles de *“considerar a escravidão oitocentista brasileira como uma nova escravidão”*. (MARQUESE e SALLES, no prelo, s/n.) Os autores tecem uma minuciosa e abrangente revisão historiográfica dos estudos de escravidão numa perspectiva crítica na intenção de resgatar pressupostos que articulam o sistema escravista brasileiro do século XIX com o cenário econômico mundial. Defendem assim, a ideia de segunda escravidão:

Essa nova escravidão – a “segunda escravidão” – teve seu polo dinâmico e estruturador na grande propriedade rural produtora de commodities para o mercado mundial capitalista em expansão. Portanto, tratou-se de um sistema travejado pela plantation. A maioria das atividades voltadas para o mercado interno, realizadas em grandes, pequenas ou médias posses de escravos, girava em torno de núcleos exportadores, isto é, visavam atender às necessidades de um mercado interno definido pela dinâmica dos setores exportadores. Esse foi o caso clássico da região cafeeira da bacia do rio Paraíba do Sul. (MARQUESE e SALLES, no prelo, s/n.)

A base da civilização imperial é o escravismo e o caráter de mercadoria presente no escravo configura uma escravidão moderna fundamentada nas condições internas e no contexto internacional de expansão do capitalismo.

Assim como a escravidão foi imbuída de características da modernidade, as fazendas de café foram organizadas como empresas agrícolas, tudo era pensado no

sentido de otimizar o tempo, aperfeiçoar o trabalho e a produção. O processo de expansão do café foi tão intenso que os grandes senhores de terras e escravos emprestavam dinheiro a juros para outros fazendeiros, o que fortalecia o aspecto capitalista das negociações.

A economia de livre mercado e o amplo direito de propriedade privada incorporou a escravidão moderna como fator econômico possível e ao mesmo tempo contraditório aos valores e pensamento da época. Salles retoma essa discussão em *E o Vale era o Escravo*, por meio de um diálogo com Ilmar Mattos em *O tempo Saquarema* e com as análises iniciadas em *Nostalgia Imperial*, para explicar a tensão existente entre os políticos do Estado imperial e os proprietários do Vale do Paraíba. O autor relaciona o contexto geral com a dimensão regional e esclarece como a classe senhorial exerceu seu domínio a partir de uma articulação da estrutura do Estado e da região.

Entretanto, o Período do Café na região Sul Fluminense não foi muito extenso, durou apenas cerca de quarenta anos; as plantações foram iniciadas por volta de 1830 e começaram a decair em 1870. Assim, muitas fazendas definharam e a maioria dos fazendeiros passou de uma situação de riqueza para uma situação de empobrecimento. A crise do escravismo estava estabelecida e pontos fracos do domínio senhorial passaram a fortalecer as relações entre os escravos. A intensidade desse período marcou decisivamente a ocupação e desenvolvimento da região. Esse passado histórico deixou expressivos patrimônios culturais.

Barra do Piraí apresenta em sua história uma diferença na formação e desenvolvimento, se comparada às outras cidades da mesma região. O diferencial de Barra do Piraí foi a chegada da ferrovia em 1864. As cidades vizinhas que desde o início do século XIX haviam sido ricas e prósperas com suas grandes fazendas cafeeiras e seus poderosos barões se viram paralisadas diante da rápida decadência do café, a crise aconteceu apenas 40 anos depois do início das plantações.

O território que hoje forma o município era formado por dois simples povoados, o povoado de São Benedito e o povoado de Nossa Senhora Sant'Ana. Os dois povoados eram separados pelo Rio Paraíba do Sul que corta a cidade e se encontra com o Rio Piraí, daí vem o nome do município, do encontro dos rios, a "Barra do Piraí". Os povoados eram ligados pelo transporte fluvial e por uma ponte de madeira que ficou

conhecida como “Ponte dos Sete Vinténs”, uma vez que era cobrado um pedágio para a travessia pela ponte, tanto por veículo, animal ou pessoa. A construção dessa ponte sob o Rio Piraí, representou uma integração territorial mais concreta para a população. Na margem direita do Paraíba o povoado de São Benedito pertencia à cidade de Piraí com domínio da família Breves, e na margem esquerda o povoado de Nossa Senhora Sant’Ana pertencia à Valença com o domínio da família Faro.

A chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II, construída para levar o café do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, a construção dos ramais para São Paulo e Minas Gerais e a criação da Rede Mineira de Viação fizeram de Barra do Piraí o principal entroncamento ferroviário do país e o centro econômico do Vale do Paraíba. O pacato lugarejo ganhou movimentação e uma dinâmica comercial, por ali passavam muitos negociantes e a localidade recebia uma nova população trazida pela e para a ferrovia.

Sua emancipação só se deu com a República, pois os políticos de Piraí e Valença usavam da sua influência e poder durante o Império, uma vez que as estradas de ferro davam muito lucro. A cidade só foi elevada a município em 10 de março de 1890, quando recebeu o desmembramento dos municípios vizinhos:

De Valença foi desmembrada a Vila de Sant’Ana, na margem esquerda do Paraíba. De Piraí, a próspera Freguesia de Barra do Piraí, situada à margem direita do Paraíba, e de Vassouras, a Vila dos Mendes, que já possuía nessa época, uma fábrica de papel (CIPEC) e fábrica de fósforos, além de fazendas. Em 1890, Barra do Piraí possuía 4000 habitantes. (MUNIZ e ROTHE, 1997, p.85)

Ao analisar essa trajetória, vemos que esse município não pode ser caracterizado como uma “cidade imperial” ou como “terra de barões” como é o caso de Vassouras e Valença. Barra do Piraí, devido à presença da ferrovia e todo o desenvolvimento que essa trouxe em um curto período para o Brasil, representou “uma curiosa amostra de um Brasil industrializado”, que não existia na época: “nossa cidade teve, com a estrada de ferro, a oportunidade única de servir como uma espécie de laboratório experimental para um novo Brasil que só muito depois surgiria com Getúlio, com o processo de industrialização.” (MELO, 2010, p.4)

A estrada de ferro trouxe para Barra do Piraí muitos imigrantes e formou no município uma população diferenciada. Foi para a população negra, que trabalhou nas

lavouras do café e que com a abolição, em 1988, se viu ainda mais desamparada, uma opção de permanência na região do Vale do Paraíba. Esses negros passaram a ocupar as regiões periféricas da cidade, onde ainda hoje encontramos os núcleos jongueiros do município. Esses núcleos são compostos por variadas famílias que se reúnem para fazer o jongo, também chamado de caxambu ou tambu, como forma de diversão, manutenção e transmissão da manifestação cultural. O jongo é uma herança familiar do tempo da escravidão e expressa através do seu canto uma história de resistência e luta.

Por muito tempo o jongo foi reprimido e esteve escondido nos terreiros dos quintais dos morros e áreas periféricas e rurais de Barra do Piraí. A memória dos jongueiros encontra materialidade do passado escravista na presença das fazendas de café na região. As casas de fazenda, as senzalas e a relação dos escravos com os senhores estão presentes nos seus relatos e nos pontos que cantam nas rodas de jongo. Neste estudo, abordamos as fazendas de café de Barra do Piraí através do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense.

O Inventário compreende um grande banco de dados disponibilizado em publicações encadernadas e em um site pela internet, mantém a possibilidade de atualização e complementação das informações de modo geral. No texto de abertura da segunda edição referente ao ano de 2010, Maria Regina Pontin de Mattos, Diretora Geral do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – e Presidente do Conselho Estadual de Tombamento define a publicação:

“Este Inventário consiste de um conjunto de fichas individuais para cada fazenda, elaboradas a partir de um levantamento arquitetônico e fotográfico das mesmas, com textos contendo a descrição física de suas edificações, o registro de sua localização geográfica e um histórico da propriedade. Acompanham o Inventário textos autorais de estudiosos de aspectos relacionados ao tema, que contribuem para a compreensão do processo de desbravamento e ocupação humana e econômica da região. E, também, um Caderno de Conservação Preventiva e Preservação Arquitetônica, baseado em observações feitas in loco sobre os problemas de manutenção recorrentes encontrados nas edificações históricas.”

O projeto que deu origem ao inventário foi iniciado em 2007 e tem como marca a parceria estabelecida entre governo, representado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC; a iniciativa privada a partir do Instituto Light; e o terceiro setor, através do Instituto Cidade Viva.

Na página inicial é explicada a organização e apresentada a iniciativa, para então colocar os objetivos:

Os objetivos do projeto são: o aprofundamento dos estudos relacionados à arquitetura rural fluminense do ciclo do café e de suas estruturas produtivas e sociais; o reconhecimento da sua importância histórica e sócio-econômica na ocupação do território e na conformação da paisagem cultural da região; a divulgação desse conhecimento e do seu potencial como elemento indutor ao fomento do turismo cultural; a disponibilização, neste sítio da Internet, de todo material produzido, das Fichas de Inventário ao Manual de Conservação Preventiva, passando por referências bibliográficas, iconográficas e arquivísticas.³

É possível, então, perceber a amplitude das dimensões abordadas no projeto que abrange a perspectiva de um estudo de preservação através da arquitetura, aspecto privilegiado e um dos focos principais da iniciativa tendo em vista a elaboração de um *Manual de Conservação Preventiva* e da organização das Fichas de Inventário privilegiando a descrição arquitetônica. Entretanto, também estão relacionados, não de forma tão detalhada, mas de forma alternativa e ainda assim relevante, as estruturas produtivas e sociais, tanto que no trecho acima citado há o uso da expressão “paisagem cultural”.

A noção de paisagem cultural, assim como a de referência cultural⁴, é apontada por Márcia Chuva como uma categoria que representa um dos principais avanços no sentido de se ultrapassar a enganadora divisão estabelecida entre patrimônio material e imaterial. Lançada pela Unesco, paisagem cultural introduz destaque para a relação do homem com o meio, principalmente associado à concepção de lugar, o que rompe com a ideia apenas de patrimônio imaterial e cria um elo próprio para se construir o patrimônio cultural integral. (CHUVA, 2011, p.163) Desse modo, o reconhecimento da importância histórica e socioeconômica está presente no material disponibilizado de variadas formas e destaque a relevante produção configurada e disponibilizada no site por links específicos com textos autorais e referências bibliográficas, iconográficas e arquivísticas.

³ Trecho extraído do site: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>; acessado em 10 de janeiro de 2015.

⁴ Formulada nos anos de 1970, a noção de referência cultural foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio, ver Chuva (2012).

Entre os objetivos também se destaca a divulgação do conteúdo como elemento fomentador do turismo e a disponibilização via internet, aspectos que agregam visibilidade e a oferta de informação para o público. O parágrafo seguinte do texto da página inicial do site frisa os resultados esperados pelo desenvolvimento do trabalho elencando o seu público alvo: “aos **governos em todas as instâncias, pesquisadores, professores, alunos, moradores e aos profissionais de planejamento** traçarem planos embasados de desenvolvimento e crescimento desta importante região do estado do Rio de Janeiro.”⁵ O público em questão e a composição variada reunida por ele pode ser associada às relações decorrentes das discussões do campo do patrimônio cultural, as legislações baseadas na noção de diversidade cultural e na formalização de demandas sociais e políticas por um passado e uma memória, pela valorização da história, por direitos de memória⁶ e políticas de reparação.

Nesta conjuntura, a memória aparece como elemento de disputa e articulação de lutas políticas e culturais, por isso o passado e seus usos ganham um destaque por configurarem leituras e legitimarem a criação de regimes e identidades. Nesse sentido, ao mencionar nos objetivos o turismo cultural, o acervo que compõe o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense evidencia conexões com os usos do passado das antigas fazendas cafeeiras através de seu patrimônio. Este conjunto patrimonial, entendido de forma plural, concebe então, expressões de culturas históricas:

“Memórias seletivas e leituras do passado atribuem significados positivos e/ou negativos a períodos, acontecimentos, personagens, obras, etc. Tais leituras e enquadramentos de memórias permitem associar uma dada cultura política a uma determinada cultura histórica, compreendendo esta última como o modo uma sociedade – ou uma parte dela – lida com seu passado.” (GOMES, 2007, p.14-15)

É nessa perspectiva que Ângela de Castro Gomes define como cultura histórica a relação que uma sociedade mantém com o seu passado e a cultura política como um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade

⁵ Trecho extraído do site: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>; acessado em 10 de janeiro de 2015.

⁶ Expressão que representa um lugar comum hoje na França. Sobre essa discussão ver HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; CPDOC, 2006. p. 27

social, em determinado momento e lugar. Assim: “como as culturas políticas são plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período.” (GOMES, 2007, p.49) A relação da sociedade com o passado encontra nos patrimônios culturais um elo e a possibilidade de diálogo entre o passado e o presente.

Barra do Piraí, município foco deste estudo, está na “Área II”, junto com Piraí, Pinheral, Mendes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes. Entre as 45 fichas de fazendas listadas na área II, 18 são de propriedades em Barra do Piraí. Além dessas, foi incluída uma fazenda que está localizada em Vassouras, mas na divisa do município com Barra do Piraí, estando sua referência e memória mais associada à cidade em questão deste estudo. Soma-se, então, um total de dezenove, as fichas foram analisadas a partir dos tópicos que as organizam e estruturam: **denominação; código; localização; município; época de construção; estado de conservação; uso atual/ original; proteção existente/proposta; proprietário; situação e ambiência; descrição arquitetônica; detalhamento do estado de conservação; representação gráfica; histórico.**

Denominação, código, localização e município já foram estabelecidos no parágrafo acima. A **época de construção** de todas as fazendas remete ao *século XIX* de forma genérica, do total analisado apenas cinco relatórios trazem denominações diferenciadas, são elas: Fazenda São Joaquim das Ipiabas, 1820; Fazenda da Floresta, *meados do século XIX*; Fazenda Monte Alto, 1875-1885; Fazenda Santa Maria (Hotel Fazenda Arvoredo), *século XIX – 1858*; Fazenda Espuma, *início do século XIX*. Essa não padronização das nomenclaturas das datas pode ser entendida melhor com a leitura dos detalhamentos do estado de conservação e históricos.

O tópico **estado de conservação** direciona sempre o leitor para o detalhamento no corpo da ficha. O **uso atual** está colocado de forma mais variada, temos: uma fazenda em obras para atividades turísticas e criação de cavalos; uma com plantação de subsistência e criação de animais; duas como residência de veraneio; quatro com pecuária de gado leiteiro; uma com criação de gado de corte; uma como hotel fazenda;

cinco como residência; duas como comércio; uma como abandonada; uma como agropecuária. Quanto ao **uso original**, todas eram fazendas de café.

Em seguida temos **proteção existente/proposta**, das dezenove, dez relatam “nenhuma”, sete relatam “nenhuma/ tombamento”, uma relata “nenhuma / tombamento estadual” e uma relata “tombamento estadual - provisório, 1978 e definitivo, 1987”. É interessante associar que única tombada é exatamente a que se encontra em estado de abandonando e em ruínas, a Fazenda do Pocinho, localizada em Vassouras, na Rodovia RJ 137, km 06, distrito-sede de Ipiranga, divisa com o município de Barra do Piraí.

Todas as fazendas são de **propriedade** “particular” e as fichas apresentam **situação e ambiência** e **descrição arquitetônica**, alguns possuem mais fotos, plantas antigas, imagens de acervo, porém, todas as fichas conseguem apresentar um panorama geral da condição da fazenda. Pela análise e resumo das informações do **detalhamento do estado de conservação**, chegamos a seguinte leitura: cinco estão em estado péssimo, três estão em estado ruim, três em estado regular e oito em bom estado de conservação. Todas as fichas apresentam **representação gráfica** e apenas uma, a da Fazenda Bom Retiro, não apresenta **histórico**.⁷

Os dados apresentados trazem a possibilidade de se esboçar um perfil desse conjunto patrimonial de Barra do Piraí. Primeiro, pelo número de fazendas de café na localidade, fica claro sua relevância histórica no período de produção cafeeira. Refletindo sobre os usos e estado de conservação, identificamos um quadro bem heterogêneo e complexo, há a evidência de usos variados e trajetórias marcadas pelo abandono e falta de preservação. Ao mesmo tempo em que temos uma fazenda tombada em ruínas, fazendas deterioradas, abandonadas, modificadas e adaptadas para subsistência, temos fazendas em bom estado de conservação sendo utilizadas como hotéis e com programação turística de luxo.

Esta heterogeneidade dos casos e o tópico **proteção existente/ proposta**, apontam para uma grande ausência de apoio e atuação das instituições públicas de preservação, o que permite verificar diversos contextos e realidades distintas. Verifica-se assim, que tanto o jongo como as fazendas de café encontram-se em processos que

⁷ Ver tabela com esses dados que permite melhor visualização e cruzamento das informações no Anexo I.

reivindicam apoio, investimento e valorização do patrimônio cultural. Entendemos que o campo patrimonial na contemporaneidade assume disputas e tensões:

“Na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social. Anteriormente alheio a essa prática, hoje o patrimônio toma em consideração questões relativas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais, aos direitos difusos, ao direito autoral, ao impacto cultural causados pelos grandes empreendimentos, além dos temas já tradicionais, como aqueles que envolvem questões de urbanismo e uso do solo, expansões urbanas sobre áreas históricas decadentes, questão habitacional em áreas históricas urbanas e, principalmente, os limites que o tombamento impõe à propriedade privada.” (CHUVA, 2011, p.152)

Assim, a eleição dos bens de patrimônio cultural de uma nação é uma operação política relevante para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns. (ABREU, 2007) Memória e cultura são conceitos fundamentais ao se tratar de patrimônio cultural e quando colocadas em diálogo possibilitam análises que contribuem para o entendimento das permanentes construções identitárias.

3- Considerações finais

Por meio de toda a análise e reflexões apresentadas, buscamos caminhos para entender e ilustrar a construção histórica do Vale do Paraíba através dos patrimônios culturais de Barra do Piraí. A partir do conceito de segunda escravidão e de toda discussão historiográfica compreendida por ele, foi possível estabelecer um diálogo mais consistente com as estruturas sociais, políticas e econômicas fundamentadas no período imperial que originaram o conjunto de bens patrimoniais que compreendem parte significativa da história da região.

Na introdução, utilizamos E. P. Thompson para estabelecer nosso entendimento das ferramentas oferecidas pela disciplina História e, para concluir, voltamos a esse pressuposto que perpassou toda a pesquisa: “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar novas funções, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.” (THOMPSON, 2001, p.243)

Assim, ao pretender associar bens materiais e imateriais numa perspectiva crítica sobre o campo patrimonial brasileiro e na defesa da ideia de um patrimônio cultural integral por meio da abordagem do jongo e das fazendas de café como parte de memória comum, salientamos os vínculos e laços existentes na história e na memória dos detentores dos patrimônios, pois entendemos que se estiverem unidos, juntos e não separados, podem ganhar mais força e trazer mais sentidos para a perspectiva histórica e para a construção de políticas públicas mais eficientes.

Bibliografia:

- ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Editora Civilização Brasileira, 2007.
- _____. Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950. *Afro-Ásia*, 31: 235 – 76.
- _____. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- _____ e MATTOS, Hebe (orgs.) Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu: História, Memória e Patrimônio. Niterói: UFF. NEAMI, 2008.
- ARANTES, Antonio Augusto. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, p. 5–11, 2005.
- _____. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Resgate*. Revista de Cultura. Campinas: CMU/ Unicamp, nº. 13, p. 18, 2004.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 94–115, 1994.
- _____. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

- _____ . As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FONSECA, Maria Cecília L. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. 2. ed. rev. ampl.
- _____ . Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed, 2006.
- _____ . Para além da Pedra e Cal In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.
- HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; CPDOC, 2006. 27f.
- Marquese, Rafael & Tomich, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café”, em Grinberg, Keila & Salles, Ricardo. *O Brasil Imperial*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- Marquese, Rafael & Salles, Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”, em Marquese, Rafael & Salles, Ricardo. *Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos*. No prelo.
- Mattos, Ilmar Roloff. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo, Hucitec, 1990.
- MELO, Ovídio de Andrade. *Reflexões sobre a História de Barra do Piraí. Crônica de minha família e minha formação nesta cidade*. 2010.
- Muaze, Mariana. *As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- _____. “O Vale do Paraíba na dinâmica imperial, em Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense” em:
<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>.
- OLIVEIRA, Luana da S. “Barra do Piraí ainda é terra de jongueiros”: patrimônio familiar e patrimônio cultural entre permanências e transformações do Jongo no Sudeste. Dissertação (Mestrado em História)–UFF/ICHF/Departamento de História, 2011.
- _____. ‘Jongo no Sudeste’: direitos de memória e patrimônio imaterial. IN: ABREU, Martha e PEREIRA, M Serva (org.) Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2011. E-book.
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX: senhores e escravos no Coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Nostalgia Imperial - Escravidão e Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013
- SLENES, Robert W. “Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jongueiros cumba na senzala centro-africana. In: LARA, Silvia e PACHECO, Gustavo (orgs.) *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. R J: Folha Seca; Campinas, SP: CECULT, 2007.
- THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.
- _____. Antropologia e História Social. In: *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- Tomich, Dale. **Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.



Anexo I: Tabela com dados das fichas das fazendas de café de Barra do Pirai do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense:
<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>

Fazendas	Época da construção	Estado de conservação	Uso atual/original	Proteção existente/proposta	Proprietário	Situação e ambiência	Descrição arquitetônica	Estado de conservação	Representação gráfica	Histórico
Fazenda São Joaquim das Ipiabas	1820	Péssimo	Em obras para atividades turísticas e criação de cavalos	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda São José da União	Séc. XIX	Ruim	plantação de subsistência e criação de animais	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Bom Retiro	Séc. XIX	Regular	residência de veraneio	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Não



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

Fazenda Aterrado	Séc. XIX	Bom	pecuária de gado leiteiro	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda da Floresta	meados do século XIX	Bom	casa de veraneio	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Monte Alto	1875-1885	Péssimo	pecuária leiteira	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Monte Alegre	Séc. XIX	Péssimo	criação gado de corte	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Feliz Remanso	Séc. XIX	Ruim	pecuária de leite	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Santa Maria (Hotel Fazenda Arvoredo)	século XIX - 1858	Bom	Hotel fazenda	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

Fazenda São José	Séc. XIX	Péssimo	gado leiteiro	Nenhuma	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda São João da Prosperidade	Séc. XIX	Bom	Residencial	Nenhuma / tombamento	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Santana (Sant'Anna)	Séc. XIX	Bom	Residencial	Nenhuma / tombamento estadual	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Ponte Alta	Séc. XIX	Bom	Comercial	Nenhuma / tombamento	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Espuma	Início do século XIX	Ruim	Residencial	Nenhuma / tombamento	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Aliança (Aliança)	Séc. XIX	Bom	Residencial	Nenhuma / tombamento	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda Ribeirão Frio	Séc. XIX	Regular	Residencial	Nenhuma / tombamento	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS · 27 A 31 DE JULHO DE 2015 · FLORIANÓPOLIS - SC

Fazenda Taquara	Séc. XIX	Bom	Comercial	Nenhuma / tombamento	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda do Pocinho	Séc. XIX	Péssimo/Ruínas	Abandonado	tombamento estadual - provisório, 1978 e definitivo, 1987	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fazenda São Luiz da Boa Sorte	Séc. XIX	Regular	Agropecuária	Nenhuma/ tombamento	Particular	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim